

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como, a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de duas fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de suas controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte (doravante “Cedronorte”) e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”) - indústrias têxteis instaladas em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e Cedro Gestão de Ativos Ltda, empresa que tem por objeto a atividade imobiliária, locação a arrendamento imobiliário, compra e venda de imóveis.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 25 de outubro de 2013, aprovou estudos apresentados pela Diretoria acerca da viabilidade econômico-financeira de uma potencial incorporação da subsidiária integral, Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte. Ato contínuo, o Conselho de Administração outorgou à administração da Companhia autorização para que sejam tomadas as providências necessárias para a realização dos procedimentos preliminares à potencial incorporação.

A previsão é que a Assembleia Geral Extraordinária para aprovação da incorporação seja realizada no primeiro semestre de 2014.

2 Bases de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Base de Elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações e benfeitorias e máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2014.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	% participação	
		Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Brasil	100%	100%
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44%	99,99%
Cedro Gestão de Ativos Ltda	Brasil	99,93%	99,99%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a controladora, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os instrumentos dessa categoria são classificados como circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantido para negociação.

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.8 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “Outros passivos financeiros”.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “*hedge*”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “*hedge*”.

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.12 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 15.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.13 Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS - Nota 9), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.18 Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.19 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.20 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia

Os pronunciamentos e interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício, sendo adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações financeiras:

Pronunciamento / Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;	Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pronunciamento / Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 11 - Negócios em Conjunto	Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas (joint operations), passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (joint ventures).	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.
IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades	Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.
IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures) - revisada em 2011	Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado.	Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.
Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgação de Participação em Outras Entidades: Guia de Transição	Em junho de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, as quais tratam de aspectos relacionados à adoção inicial destas normas e aspectos relacionados aos ajustes para divulgações comparativas.	As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pronunciamento / Interpretação	Descrição	Vigência
IAS 19 - Benefícios aos Empregados - revisada em 2011	Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.
Alterações à IFRS 1 - Empréstimos Governamentais	Em março de 2012, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1. A alteração desta norma inclui uma exceção para a aplicação retrospectiva dos requerimentos da IFRS 9 e IAS 20 para empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.
Alterações à IFRS 7 - Divulgações: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. A alteração desta norma aborda aspectos de divulgação relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros incluindo direitos e avaliação dos efeitos desta.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012)	Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2012.
IFRIC 20 - Custo de Decapagem da Fase de Produção de uma Mina de Superfície	Em outubro de 2011, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 20. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao tratamento contábil da retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais.	Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.
Melhoria anual das IFRS de maio de 2012 (Annual Improvements to IFRSs)	Em maio de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IFRIC 2 e IAS 34.	Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e ainda não adotados pela Companhia

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM. Dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013. Quando aplicável, a Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para suas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”. Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 9 e IFRS 7 - Data mandatória efetiva e divulgações de transição (Mandatory Effective Date and Transition Disclosures - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7)	A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados à divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados à reapresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma.	Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2015.
IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Amendments to IAS 32)	A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros.	Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2014.
IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento (Investment Entities)	Em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos.	Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2014.
IFRIC 21 - Impostos (Levies)	Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2014.
IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets - Amendments to IAS 36)	A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos custo da baixa.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014.
IAS 39 - Mudanças em derivativos e continuidade da contabilidade de hedge (Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting - Amendments to IAS 39)	A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014.
IAS 19 - Plano de Benefício Definido: Contribuições dos Funcionários (Defined Benefit Plans: Employee Contributions)	A alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviço.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2013 - Ciclo 2011-2013 (Annual Improvements to IFRSs 2011-2013 Cycle)	Em dezembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014.
Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2013 - Ciclo 2010-2012 (Annual Improvements to IFRSs 2010-2012 Cycle)	Em dezembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.	Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 10 anos.

(b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na Nota 18, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria “possível”. Caso essa avaliação seja alterada para “provável”, esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

4 Gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)	
	2013	2012	2013	2012
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(17.512)	(17.846)	(18.385)	(23.795)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(31)	-	(61)	(171)
Depósitos em dólar (US\$ mil)	813	1.342	975	2.545
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	2.058	1.382	3.150	2.387
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	(14.672)	(15.122)	(14.321)	(19.034)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP (US\$ mil)	13.906	21.897	13.906	21.897
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos (US\$ mil)	(766)	6.775	(415)	2.863

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 2,45 em 2014, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 2,3426.

	Controladora			
	2013			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(41.023)	(42.904)	(53.630)	(64.356)
Fornecedores mercado externo	(73)	(76)	(95)	(114)
Depósitos em dólar	1.905	1.992	2.490	2.988
Contas a receber em moeda estrangeira	4.821	5.042	6.303	7.563
Exposição ativa (passiva) líquida	(34.370)	(35.946)	(44.932)	(53.919)
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP	31.063	32.487	40.609	48.731
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP(*)	1.513	1.421	1.776	2.132
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	(1.794)	(2.038)	(2.547)	(3.056)
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)	-	(244)	(753)	(1.262)

	Consolidado			
	2013			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(43.067)	(45.043)	(56.304)	(67.565)
Fornecedores mercado externo	(143)	(149)	(186)	(224)
Depósitos em dólar	2.284	2.389	2.986	3.584
Contas a receber em moeda estrangeira	7.378	7.718	9.648	11.577
Exposição ativa (passiva) líquida	(33.548)	(35.085)	(43.856)	(52.628)
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP	31.063	32.487	40.609	48.731
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP(*)	1.513	1.421	1.776	2.132
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	(972)	(1.177)	(1.471)	(1.765)
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)	-	(205)	(499)	(793)

(*) Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos - SWAP, consideramos para alguns contratos o limitador superior de cotação para o dólar de R\$2,20 conforme pode ser verificado na nota 4 (e) - Derivativos.

(e) Derivativos

Swap

A Cedro contratou *swaps* que visam proteger a Companhia do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em “receitas financeiras”, em contrapartida de “outras provisões” para o saldo de diferencial a pagar e em “outros ativos circulantes” para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) ITAU BBA - Contratos com Posição Passiva a CDI + 3,45% a. a; vencimento 2014

Cenários	Efeitos Financeiros
Cotação do dólar na data de vencimento for superior a R\$ 1,81	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 100 % CDI + 3,45% a.a., sendo previsto pagamento trimestral de juros. O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar + 6,233% a.a. A Companhia irá apurar ganho no <i>Swap</i> caso o efeito da variação cambial positiva (superior a R\$ 1,81) + 6,233% a.a. for superior ao efeito do CDI + 3,45% (Passivo Cedro) no período compreendido até o vencimento dos compromissos financeiros em US\$.
Cotação do dólar na data de vencimento for inferior a R\$ 1,81	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 100% CDI + 3,45% a.a., sendo previsto pagamento trimestral de juros. O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar + 6,233% a.a. A Companhia irá apurar perda no <i>Swap</i> caso o efeito da variação cambial negativa (inferior a R\$ 1,81) for superior ao efeito da taxa de 6,233% a.a. (Passivo Itaú) combinado com o efeito do CDI +3,45% (Passivo Cedro) no período compreendido até o vencimento dos compromissos financeiros em US\$.

b) ITAU BBA - Contratos com Posição Passiva a 32,5% CDI - vencimentos 2012 a 2014

Cotação do dólar na data de vencimento for superior ao limitador de R\$ 2,20	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nocional fixo em moeda nacional. O Itaú BBA pagará à Companhia o valor nocional fixo em moeda nacional multiplicado pelo fator de 1,18598383 (R\$/US\$ 2,20). Considerando o CDI no mesmo patamar do dia de abertura, a Companhia irá apurar ganho no <i>Swap</i> .
Cotação do dólar na data de vencimento for inferior ao limitador de R\$ 2,20	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nocional fixo em moeda nacional. O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar. Entre o intervalo de US\$ 1,855 a US\$ 2,200, a Companhia poderá apurar ganhos ou perdas, dependerá da evolução do CDI e da cotação do dólar.
Cotação do dólar na data de vencimento for inferior a R\$ 1,855	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nocional fixo em moeda nacional. O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar. Neste caso a Companhia irá apurar perdas.

As operações desses instrumentos financeiros derivativos (*swap*) em aberto em 31 de dezembro de 2013, podem ser sumariadas como segue (Controladora e Consolidado):

Controladora

	Vencto mês/ano	Valor nocional		Indexador		Valor justo (mercado) - contábil		Ganho (Perda) 31/12/2013
		Posição ativa US\$ - mil	Posição passiva R\$ mil	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa R\$ mil	Posição passiva R\$ mil	
ITAU BBA	2014	646	1.198	US\$ futuro*	32,50% CDI	1.514	(1.261)	253
ITAU BBA	dez/14	13.260	24.000	US\$ futuro + 6,23% a.a	CDI + 3,45% a.a	32.214	(24.658)	7.556
		13.906	25.198			33.728	(25.919)	(A) 7.809

Swap de fluxo de caixa:

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como parte integrante da estrutura da Nota de Crédito à Exportação (NCE), empréstimo de capital de giro tomado junto ao credor HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e sua controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio contrataram uma operação de swap de fluxo de caixa. Esta modalidade de derivativo permite pagamento/recebimento de diferencial de juros durante a vigência do contrato. Neste caso específico, a Companhia Cedro e Cachoeira e sua controlada Companhia Santo Antônio ficam ativas (“compradas”) na ponta pré-fixada a 12,90% e passivas (“vendidas”) na ponta corrigida pelo CDI + 3,85%a.a. O diferencial das taxas será apurado e liquidado juntamente com os respectivos vencimentos das parcelas da NCE contratada.

As operações desses instrumentos financeiros derivativos (*swap*) em aberto em 31 de dezembro de 2013, podem ser sumariadas como segue (Controladora e Consolidado):

Controladora

	Venc.to. mês/ano	Valor nominal		Indexador		Valor justo (mercado) - contábil		Diferencial a pagar 31/12/2013
		Posição ativa R\$ - mil	Posição passiva R\$ mil	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa R\$ mil	Posição passiva R\$ mil	
HSBC	2014	583	583	Pré-fixada 12,90%	CDI+3,85%	1.102	(1.155)	(53)
HSBC	2015	1.750	1.750	Pré-fixada 12,90%	CDI + 3,85%	1.736	(1.749)	(13)
HSBC	2016	1.167	1.167	Pré-fixada 12,90%	CDI + 3,85%	962	(951)	11
		3.500	3.500			3.800	(3.855)	(B) (55)

Saldo de Swap a receber em 31/12/2013 (A + B)	7.754
Diferencial a receber contabilizado em 31/12/2012	(5.532)
Receitas de valor justo das operações em aberto	2.222
Receitas de Juros do SWAP	1.605
Resultado líquido do SWAP	3.827

Consolidado

	Venc.to mês/ano	Valor Nominal		Indexador		Valor justo (mercado) - contábil		Diferencial a pagar 31/12/2013
		Posição ativa R\$ - mil	Posição passiva R\$ mil	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa R\$ mil	Posição passiva R\$ mil	
HSBC	2014	1.166	1.166	Pré-fixada 12,90%	CDI+3,85%	2.204	(2.310)	(106)
HSBC	2015	3.500	3.500	Pré-fixada 12,90%	CDI+3,85%	3.472	(3.498)	(26)
HSBC	2016	2.334	2.334	Pré-fixada 12,90%	CDI+3,85%	1.924	(1.902)	22
		7.000	7.000			7.600	(7.710)	(C) (110)

Saldo de Swap consolidado a receber em 31/12/2013 (A + C)	7.699
Diferencial a receber contabilizado em 31/12/2012	(5.532)
Receitas de valor justo das operações em aberto	2.167
Receitas de Juros do SWAP	1.605
Resultado líquido consolidado do SWAP	3.772

(*) Operação com limitador superior no ativo Cedro e Cachoeira com dólar cotado a R\$ 2,20.

(f) Demais instrumentos financeiros

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2013, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 9,90%, a TJLP em 5,0% e o CDI em 9,77%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

Controladora				
2013				
<u>Empréstimos</u>				
<u>Indexador:</u>	<u>Valor</u>	<u>Conforme taxa efetiva</u>	<u>Cenário possível 25%</u>	<u>Cenário remoto 50%</u>
TJLP + 3,30% a 7,00%	(861)	(87)	(109)	(131)
TJLP + 3,00%	(9.477)	(758)	(948)	(1.137)
Tx Res. 635 + 2,8% (**)	(110)	(12)	(15)	(18)
100% CDI + 1,39% a 3,85%	(13.013)	(1.612)	(2.015)	(2.418)
100% CDI + 2,73%	(4.935)	(617)	(771)	(926)
SELIC + 3,30%	(8.030)	(1.060)	(1.325)	(1.590)
SELIC + 4,00%	(12.014)	(1.670)	(2.088)	(2.505)
100% CDI + 3,45 aa (*)	(24.658)	(3.260)	(4.075)	(4.890)
100% CDI + 3,85 aa (*)	(3.855)	(525)	(656)	(788)
32,5% CDI (*)	(1.261)	(40)	(50)	(60)
	<u>(78.214)</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(12.052)</u>	<u>(14.463)</u>
<u><u>Aplicações Financeiras</u></u>				
<u>Indexador:</u>				
102,10% CDI	<u>1.197</u>	<u>119</u>	<u>149</u>	<u>179</u>
Exposição Líquida	<u>(77.017)</u>	<u>(9.522)</u>	<u>(11.903)</u>	<u>(14.284)</u>
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(2.381)	(4.762)

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado				
2013				
<u>Empréstimos</u>				
<u>Indexador:</u>	<u>Valor</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível 25%</u>	<u>Cenário remoto 50%</u>
TJLP + 3,30% a 7,00%	(1.819)	(185)	(231)	(278)
TJLP + 3,00%	(17.576)	(1.406)	(1.758)	(2.109)
Tx Res. 635 + 2,80% (**)	(130)	(15)	(19)	(23)
100% CDI + 1,39% a 3,85%	(18.048)	(2.236)	(2.795)	(3.354)
100% CDI + 3,75% a 4,282%	(10.069)	(1.388)	(1.735)	(2.082)
100% CDI + 2,73%	(4.935)	(617)	(771)	(926)
SELIC + 3,30%	(15.057)	(1.988)	(2.485)	(2.982)
SELIC + 4,00	(25.030)	(3.479)	(4.349)	(5.219)
100% CDI	(467)	(46)	(58)	(69)
100% CDI + 1,5%	(1.577)	(178)	(223)	(267)
100% CDI + 3,45 aa (*)	(24.658)	(3.260)	(4.075)	(4.890)
100% CDI + 3,85 aa (*)	(7.710)	(1.050)	(1.313)	(1.575)
32,5% CDI (*)	(1.261)	(40)	(50)	(60)
	<u>(128.337)</u>	<u>(15.888)</u>	<u>(19.862)</u>	<u>(23.834)</u>
<u>Aplicações Financeiras</u>				
<u>Indexador:</u>				
95% SELIC	115	11	14	17
99% a 102,10% CDI	1.900	187	234	281
	<u>2.015</u>	<u>198</u>	<u>248</u>	<u>298</u>
Exposição Líquida	<u>(126.322)</u>	<u>(15.690)</u>	<u>(19.614)</u>	<u>(23.536)</u>
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(3.924)	(7.846)

(*) Operações de derivativos SWAP.

(**) Resolução 635 - regulamenta os financiamentos do BNDES realizados a partir de recursos captados em moeda estrangeira, sem vinculação a repasses em condições específicas.

(g) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	157.209	120.001	281.372	233.347
(-) caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(18.379)	(6.801)	(22.055)	(14.046)
A - Dívida líquida	138.830	113.200	259.317	219.301
Total do patrimônio líquido	303.904	297.116	330.066	321.206
B - Capital e dívida líquida	442.734	410.316	589.383	540.507
A/B Quociente de alavancagem	31,36%	27,59%	44,00%	40,57%

(h) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas informações contábeis intermediárias, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	7.754	7.754	5.532	5.532	7.699	7.699	5.532	5.532
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(157.209)	(158.642)	(120.001)	(120.942)	(281.372)	(283.937)	(233.347)	(235.178)
	<u>(149.455)</u>	<u>(150.888)</u>	<u>(114.469)</u>	<u>(115.410)</u>	<u>(273.673)</u>	<u>(276.238)</u>	<u>(227.815)</u>	<u>(229.646)</u>

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

5 Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos				
Valor justo por meio de resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	7.754	5.532	7.699	5.532
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	69.555	55.785	122.402	106.551
Caixa e bancos	17.182	4.436	20.155	7.546
Aplicações de liquidez imediata	1.197	2.365	1.900	6.500
Dividendos a receber	5.866	6.508	-	-
Depósito judicial	8.540	8.350	9.527	9.461
Títulos e certificados	3.536	3.411	3.536	3.411
Outras contas a receber	60	87	60	91
	<u>113.690</u>	<u>86.474</u>	<u>165.279</u>	<u>139.092</u>
Passivos				
Valor justo por meio de resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	157.209	120.001	281.372	233.347
Fornecedores	37.689	28.196	26.367	21.970
Mútuo com controlada	30.115	33.345	-	-
Comissões a pagar	2.188	1.968	4.047	3.662
Dividendos propostos	-	784	683	1.501
Outras contas a pagar	896	505	915	527
	<u>228.097</u>	<u>184.799</u>	<u>313.384</u>	<u>261.007</u>

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e contas correntes bancárias	17.182	4.436	20.155	7.546
Aplicações financeiras de liquidez imediata				
Certificados de depósitos bancários - CDB	1.197	2.335	1.281	5.898
Outros	-	30	619	602
	<u>18.379</u>	<u>6.801</u>	<u>22.055</u>	<u>14.046</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cliente no país	72.615	61.456	133.484	118.943
Cliente no exterior	4.821	2.825	7.378	4.878
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.881)	(8.496)	(18.460)	(17.270)
	<u>69.555</u>	<u>55.785</u>	<u>122.402</u>	<u>106.551</u>

A composição do contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	62.490	50.069	109.152	96.098
Vencidos				
Até 30 dias	4.137	3.098	6.721	5.890
Entre 31 e 60 dias	1.451	619	2.852	1.508
Entre 61 e 90 dias	477	301	1.450	610
Acima de 90 dias	8.881	10.194	20.687	19.715
	<u>77.436</u>	<u>64.281</u>	<u>140.862</u>	<u>123.821</u>

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	(8.496)	(9.148)	(17.270)	(20.219)
Adições (Nota 22)	(980)	(2.116)	(4.066)	(3.689)
Baixas líquidas de reversão	1.595	2.768	2.876	6.638
Saldo no final do exercício	<u>(7.881)</u>	<u>(8.496)</u>	<u>(18.460)</u>	<u>(17.270)</u>

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	24.599	29.450	49.037	40.350
Produtos em processo	19.378	13.934	30.967	20.636
Matérias-primas	472	530	13.295	10.514
Materiais auxiliares	5.698	3.862	13.878	13.316
Importações em andamento	367	308	552	474
Provisão para perdas em estoque	(1.503)	(4.632)	(2.678)	(6.028)
	<u>49.011</u>	<u>43.452</u>	<u>105.051</u>	<u>79.262</u>

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldos no início do exercício	(4.632)	(2.120)	(6.028)	(3.278)
Adições	-	(2.512)	-	(2.750)
Reversão / baixas	3.129	-	3.350	-
Saldos no final do exercício	<u>(1.503)</u>	<u>(4.632)</u>	<u>(2.678)</u>	<u>(6.028)</u>

9 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
ICMS - operações mercantis	-	-	6.138	43
ICMS - aquisição de imobilizado	201	207	698	831
Impostos sobre vendas em trânsito	437	361	742	430
Pis e Cofins - créditos a recuperar - sobre insumos	-	429	1.111	2.170
Outros	125	90	738	432
	<u>763</u>	<u>1.087</u>	<u>9.427</u>	<u>3.906</u>
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	4.605	18.074	22.438	38.893
ICMS - aquisição de imobilizado	115	265	422	737
Outros	133	133	248	133
	<u>4.853</u>	<u>18.472</u>	<u>23.108</u>	<u>39.763</u>

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas. Esse saldo, formado nos últimos anos, decorre da redução da alíquota do imposto incidente sobre as vendas, concedida por incentivo fiscal através do programa PROALMINAS - Programa Mineiro de Incentivo a Cultura do Algodão (artigo 75, inciso VII do Decreto 43.080/02 - RICMS). O benefício gerado em 2013 totalizou R\$ 23.156 (R\$ 22.059 em 2012) e foi registrado no resultado do exercício na rubrica contábil "Deduções de vendas".

A Administração tem adotado as seguintes medidas para evitar o aumento do saldo e possibilitar a realização dos créditos existentes: aquisição de insumos com ICMS diferido; transferência de créditos para terceiros e aquisição de bens de capital, em operações internas. Existe acordo firmado com fornecedores e regime especial aprovado em 2013, em que autorizou a transferência de R\$ 11.269 no Consolidado, sendo R\$ 9.966 na Controladora, em ICMS para aquisição de bens de capital.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2012, foi publicada a Lei nº 20.540, regulamentada pelo decreto nº 46.131, de 9 de janeiro de 2013, que acrescentou o art. 75-A ao Regulamento do ICMS, o qual limitou a apropriação do crédito presumido de ICMS. Em maio 2013, foi publicada a Resolução 4.547, estabelecendo procedimentos relativo a apuração do crédito presumido do ICMS no trimestre, ficando vedada a apropriação do que exceder ao valor do débito no respectivo período ou a sua transferência para os períodos subsequentes.

10 Partes relacionadas - controladora

Os direitos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados ao fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas são remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com vigência para 360 dias, podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas.

A Companhia e suas controladas são mantenedoras da Associação Beneficente dos Empregados da Cedro e Cachoeira - ABC ("ABC"), instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo as despesas e contribuições:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contribuições a ABC	343	528	453	750
Associação Cedro e Cachoeira	294	-	384	-
	<u>637</u>	<u>528</u>	<u>837</u>	<u>750</u>

A Companhia e controladas mantém negócios com empresas relacionadas a determinados membros da Administração, adquirindo serviços advocatícios. Os preços dos serviços são acordados entre as partes, sendo que os serviços adquiridos são pagos com base no êxito.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Serviços Advocatícios	203	112	413	229

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte		Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio		Cedro Gestão de Ativos Ltda
	2013	2012	2013	2012	2013
Saldos					
Contas a receber	66	7	180	41	-
Dividendos a receber	1.797	2.303	4.007	4.205	62
Fornecedores	(19)	(48)	(23.113)	(18.481)	-
Mútuo ativo (passivo)	(760)	(191)	(29.355)	(33.154)	-
Transações					
Compras	(4.040)	(54)	(200.675)	(156.660)	-
Vendas	499	96	69.788	39.176	-
Receitas financeiras	-	21	-	-	-
Despesas financeiras	(27)	(3)	(2.569)	(2.627)	-

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Remuneração do conselho e diretoria	3.176	3.258	3.852	3.927
Gratificação diretoria	625	-	724	
Participação nos lucros	904	1.027	1.084	1.027
	<u>4.705</u>	<u>4.285</u>	<u>5.660</u>	<u>4.954</u>

12 Títulos e certificados

Em 15 de agosto de 2012, a Justiça Federal expediu sentença definitiva favorável à Companhia, tendo como objeto o ressarcimento de incentivo fiscal do IPI, Crédito-Prêmio do IPI - Fase II (de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985) com emissão de precatório no valor de R\$ 3.994, com base em julho de 2007. A atualização monetária desse saldo montou em R\$ 2.436 até 31 de dezembro de 2013, registrada na rubrica de atualização, totalizando o montante desse crédito em R\$ 6.430.

Baseada em seus assessores especialistas externos, a Administração constituiu provisão a valor de mercado no valor de R\$ 2.894, representando 45% de deságio. Atualmente, o saldo é de R\$ 3.536.

13 Investimentos em controladas

Em 26 de novembro de 2013 a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio constituíram a sociedade empresária limitada Cedro Gestão de Ativos Ltda. A sociedade terá por objeto a atividade imobiliária, a locação e o arrendamento imobiliário, compra e venda de imóveis. O capital social é de R\$ 28.120.000,00 (Vinte e oito milhões e cento e vinte mil reais) dividido em 28.120 quotas no valor nominal R\$1.000,00 (Um mil reais), totalmente integralizadas pelas sócias, com incorporação de imóveis próprios no valor de R\$ 28.100.000,00 (Vinte e oito milhões e cem mil reais) e parte em dinheiro em moeda corrente do país no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira possui 28.100 quotas e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio possui 20 quotas.

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são sumarizadas como segue:

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações das controladas

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte		Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio		Cedro Gestão de Ativos Ltda
	2013	2012	2013	2012	2013
Milhares de ações possuídas pela Companhia					
Ordinárias	4.195	3.376	610.920	2.075.359	-
Preferenciais	5.805	4.673	243.438	826.964	-
Quotas	-	-	-	-	28.100
Participação da Companhia					
No capital social integralizado	100%	99,99%	85,435%	85,44%	99,93%
No capital votante	100%	99,99%	100%	99,99%	99,93%
Patrimônio líquido	57.175	56.120	179.623	165.847	28.120
Lucros não realizados	(11)	(1.576)	(626)	(2.193)	-
Patrimônio Líquido ajustado	57.164	54.544	178.997	163.654	28.120
Lucro líquido do período	8.841	10.514	21.190	21.398	62
Lucros não realizados - venda para a controladora	1.565	(1.094)	1.565	(418)	-
Base de cálculo para a equivalência	10.406	9.420	22.755	20.980	62

Movimentação dos investimentos

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Gestão de Ativos Ltda.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	49.237	126.099	-	175.336
Dividendos complementares (*)	(1.810)	-	-	(1.810)
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.303)	(4.205)	-	(6.508)
Equivalência patrimonial	9.420	17.924	-	27.344
Saldos em 31 de dezembro de 2012	54.544	139.818	-	194.362
Dividendos complementares (*)	(5.989)	(2.326)	-	(8.315)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.797)	(4.007)	(62)	(5.866)
Constituição do Capital Social	-	-	28.100	28.100
Provisão para desvalorização de investimento	-	-	(10.566)	(10.566)
Equivalência patrimonial	10.406	19.441	62	29.909
Saldos em 31 de dezembro de 2013	57.164	152.926	17.534	227.624

(*) Em AGE realizada em 29/04/2013 foram propostos dividendos complementares pela investida de R\$ 8.315 pagos em 06/05/13 e 14/06/2013.

Em dezembro de 2013 foi constituída a Cedro Gestão de Ativos Ltda, que tem por objetivo a recepção de ativos de renda e/ou que se destinarão a venda em um curto/médio prazo, bem como a otimização de aspectos administrativos, financeiros, contábeis e fiscais.

Composição dos investimentos

	2013	2012
Equivalência patrimonial	238.190	194.362
Provisão para desvalorização de investimento	(10.566)	-
Ágio	835	834
Saldos	228.459	195.196

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de não controladores encerradas em 31 de

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2013 está assim apresentado:

<u>Empresa</u> <u>Controlada</u> Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Balanço Patrimonial					
	Ativo			Passivo		
	Participação da controladora	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido
	85,44%	137.654	201.020	95.080	63.971	179.623

<u>Empresa</u> <u>Controlada</u> Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Demonstração do Resultado					
	Receita Líquida de Vendas	Lucro Bruto	Despesas Operacionais	Resultado Financeiro	IRPJ/ CSLL	Lucro Líquido
	424.601	59.173	(28.247)	(3.902)	(5.834)	21.190

14 Propriedades para investimento

O imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$ 2.938 (R\$ 2.853 em 2012). Para avaliação do imóvel em atendimento a Lei nº 11.638/2007, CPC nº 28 “Propriedade para Investimentos” e IAS 40, foi contratada a empresa APC - Avaliações Patrimoniais e Consultoria S/C Ltda., CNPJ 01.447.086/0001-68, registro no CREA 20.944/96 e registro no IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias) nº 472, especialista no campo de avaliações de bens móveis e imóveis em geral.

O método adotado pela APC para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado

	Controladora				
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento
Custo ou avaliação					
Em 31 de dezembro de 2011	79.566	165.436	8.686	44.767	7.931
Adições	14	193	89	151	6.897
Alienações e baixas	-	(380)	(54)	(49)	-
Transferências	1.501	6.980	2	-	(8.483)
Em 31 de dezembro de 2012	81.081	172.229	8.723	44.869	6.345
Adições	6	316	312	-	18.193
Alienações e baixas	-	(2.537)	(40)	-	-
Transferências para Investimentos	(14.288)	-	-	(6.000)	-
Transferências	279	4.143	4.237	-	(8.659)
Em 31 de dezembro de 2013	67.078	174.151	13.232	38.869	15.879
Depreciação acumulada					
Em 31 de dezembro de 2011	(23.748)	(114.230)	(6.002)	-	-
Depreciação	(1.991)	(4.032)	(234)	-	-
Alienações e baixas	-	375	53	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	(25.739)	(117.887)	(6.183)	-	-
Depreciação	(2.018)	(4.201)	(382)	-	-
Transferências para Investimentos	2.754	-	-	-	-
Alienações e baixas	-	2.190	35	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	(25.003)	(119.898)	(6.530)	-	-
Valor residual líquido					
Em 31 de dezembro de 2013	42.075	54.253	6.702	38.869	15.879
Em 31 de dezembro de 2012	55.342	54.342	2.540	44.869	6.345

	Consolidado				
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento
Custo ou avaliação					
Em 31 de dezembro de 2011	159.125	368.803	10.277	61.530	36.859
Adições	20	1.040	162	150	12.336
Alienações e baixas	(8)	(1.186)	(54)	(49)	-
Transferências	8.741	20.997	9	-	(29.747)
Em 31 de dezembro de 2012	167.878	389.654	10.394	61.631	19.448
Adições	4	178	456	-	38.314
Alienações e baixas	(341)	(11.960)	(46)	-	(404)
Transferências	3.181	13.883	5.619	-	(22.683)
Em 31 de dezembro de 2013	170.722	391.755	16.423	61.631	34.675
Depreciação acumulada					
Em 31 de dezembro de 2011	(42.287)	(229.925)	(6.963)	-	-
Depreciação	(3.597)	(8.990)	(344)	-	-
Alienações e baixas	8	976	53	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	(45.876)	(237.939)	(7.254)	-	-
Depreciação	(3.707)	(9.225)	(519)	-	-
Alienações e baixas	-	10.882	38	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	(49.583)	(236.282)	(7.735)	-	-
Valor residual líquido					
Em 31 de dezembro de 2013	121.139	155.473	8.688	61.631	34.675
Em 31 de dezembro de 2012	122.002	151.715	3.140	61.631	19.448

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos de empréstimo capitalizados

Os principais projetos da Companhia e suas controladas incluem a repotenciação da Usina Pacífico Mascarenhas, modernização da fiação na Fábrica do Cedro, aquisição de cardas, filatório, bobinadeira, caminhões Iveco e Mercedes Benz. Para conclusão desses projetos a Companhia e suas controladas utilizam recursos obtidos junto a terceiros e capitaliza os juros durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados R\$ 512 (R\$ 364 em 2012), na controladora e R\$ 1.100 (R\$ 1.795 em 2012) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,57% a.m, que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens. Historicamente, a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, quando o valor residual dos itens do imobilizado é considerado próximo de zero.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação
Edificações e benfeitorias	2,17%
Máquinas, equipamentos e instalações	2,35%

16 Intangível

	Controladora			Consolidado			
	Vida útil definida			Vida útil indefinida	Vida útil definida		
Custo	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total	Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total
Em 31 de dezembro de 2011	843	8.831	9.674	1.592	2.142	13.256	16.990
Adições	-	244	244	-	-	244	244
Em 31 de dezembro de 2012	843	9.075	9.918	1.592	2.142	13.500	17.234
Adições	-	399	399	-	-	399	399
Em 31 de dezembro de 2013	843	9.474	10.317	1.592	2.142	13.899	17.633
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2011	(451)	(5.562)	(6.013)	(758)	(1.329)	(9.970)	(12.057)
Amortização	(80)	(1.272)	(1.352)	-	(209)	(1.284)	(1.493)
Em 31 de dezembro de 2012	(531)	(6.834)	(7.365)	(758)	(1.538)	(11.254)	(13.550)
Amortização	(75)	(1.060)	(1.135)	-	(204)	(1.064)	(1.268)
Em 31 de dezembro de 2013	(606)	(7.894)	(8.500)	(758)	(1.742)	(12.318)	(14.818)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2013	237	1.580	1.817	834	400	1.581	2.815
Em 31 de dezembro de 2012	312	2.241	2.553	834	604	2.246	3.684

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

Controladora

Modalidades	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	2013		2012	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
			TJLP + 3,30 a				
Cédula de Crédito - TJLP	R\$	2015-2020	7,00	716	145	718	859
Contrato de abertura de crédito fixo - TJLP	R\$	2015	TJLP + 3,00	5.997	3.480	2.716	8.708
Proinvest	IPCA	2015	6,00	751	747	713	1.412
Cédula de Crédito Industrial - Finame Res 635 ⁽³⁾	R\$	2015	Res 635 + 2,8	95	15	82	96
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽²⁾	R\$	2022	2,50 a 5,50 TR + 12,06 a TR	734	4.165	698	4.889
C. C. Industrial - Capital de Giro	R\$	2013	+ 14,20	-	-	1.847	-
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2014 a 2015	100% CDI + 1,39 a 3,85	9.902	3.111	7.272	-
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2016	12,90	740	2.917	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Cap. Giro	R\$	2016	SELIC + 3,3	363	7.667	5.497	5.058
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2016	SELIC + 4,00	14	12.000	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio	US\$	2014	3,60	9.805	-	-	-
Pré Pagamento de Exportação	US\$	2013	112,20% CDI	-	-	2.435	-
Empréstimo Internacional - 4131	US\$	2014	6,23 (Tx+IR)	31.218	-	6.938	27.096
Conta Garantida	R\$	2014	100% CDI + 2,73	4.935	-	1.320	-
Vendor	R\$	2014	10,30	57.692	-	41.647	-
				<u>122.962</u>	<u>34.247</u>	<u>71.883</u>	<u>48.118</u>

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidades	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				2013		2012	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito - TJLP	R\$	2015-2020	TJLP + 3,30 a 7,00	982	837	1.106	1.813
Contrato de abertura de crédito fixo - TJLP	R\$	2015	TJLP + 3,00	11.122	6.454	5.036	16.150
Proim / Proinvest	IPCA	2015	6,00	1.281	748	3.891	1.913
Cédula de Crédito Industrial - Res 635 ⁽³⁾	R\$	2015	Res 635 + 2,8	112	18	98	113
Cédula de Crédito Industrial - FNE - Finame ⁽¹⁾	R\$	2019	9,78	4.464	21.687	3.169	23.336
Cédula de Crédito Industrial - PSI - Finame ⁽²⁾	R\$	2022	2,50 a 5,50	3.084	18.066	3.142	18.785
C. C. Industrial - Capital de Giro	R\$	2013	TR+12,06 a TR+14,20	-	-	2.604	-
EGF - Cédula Rural Pignoratícia	R\$	2013	5,50	-	-	5.028	-
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	US\$	2014-2015	100% CDI	467	-	4.891	407
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2014-2015	100% CDI + 1,39 a 3,85	12.992	5.056	7.272	-
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2016	12,90	1.479	5.833	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Cap. Giro	R\$	2016	SELIC +3,3	682	14.375	8.141	7.502
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2014	100% CDI + 3,75 a 4,28	10.069	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2016	SELIC + 4	30	25.000	2.735	-
Cédula de Crédito à Exportação	US\$	2014	100% CDI + 1,50	1.577	-	5.501	1.356
Pré Pagamento de Exportação	US\$	2013	112,20% CDI	-	-	2.435	-
Empréstimo Internacional - 4131	US\$	2014	6,23 (Tx+IR)	31.218	-	6.938	27.096
Adiantamento de Contrato de Câmbio	US\$	2014	3,60	9.805	-	-	-
Conta Garantida	R\$	2014	100% CDI + 2,73	4.935	-	1.320	-
Vendor	R\$	2014	8,99	88.999	-	71.569	-
				<u>183.298</u>	<u>98.074</u>	<u>134.876</u>	<u>98.471</u>

⁽¹⁾ FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

⁽²⁾ PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

⁽³⁾ Resolução 635 - regulamenta os financiamentos do BNDES realizados a partir de recursos captados em moeda estrangeira, sem vinculação a repasses em condições específicas.

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (valores nominais) vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014	-	42.915	-	63.532
2015	24.247	5.463	54.422	17.859
2016	13.810	884	36.462	9.665
2017	848	847	8.974	7.885
2018 a 2023	2.148	2.147	17.198	12.394
	<u>41.053</u>	<u>52.256</u>	<u>117.056</u>	<u>111.335</u>

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 35.597 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 58.823 em 2012). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$ 142.323 (R\$ 149.530 em 2012).

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Provisão para riscos

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

					Controladora
	2012	Adições	Baixas	Atualizações	2013
Tributárias:					
IOF	24	-	(10)	-	14
PIS e COFINS	806	39	-	-	845
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	-	-	2.396
	3.226	39	(10)	-	3.255
Trabalhistas	111	26	(39)	-	98
Total das provisões para riscos	3.337	65	(49)	-	3.353
Depósitos judiciais	(2.964)	(31)	57	(62)	(3.000)
	373	34	8	(62)	353

					Consolidado
	2012	Adições	Baixas	Atualizações	2013
Tributárias:					
IOF	24	-	(10)	-	14
PIS e COFINS	1.565	76	-	-	1.641
Multa Setor Aduaneiro	396	-	-	-	396
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	-	-	2.396
	4.381	76	(10)		4.447
Trabalhistas	460	140	(293)	-	307
Total das provisões para riscos	4.841	216	(303)	-	4.754
Depósitos judiciais	(3.961)	(120)	260	(100)	(3.921)
	880	96	(43)	(100)	833

PIS e Cofins

Valores sobre a exclusão do ICMS de vendas da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. A ação continua em andamento, porém a partir de dezembro de 2006 a Administração da Companhia decidiu recolher as contribuições pelo valor integral.

Contribuição Social

Orientada pelos seus consultores jurídicos na interpretação da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV, a Companhia registrou a atualização dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para fazer o abatimento da contribuição devida. Diante de pronunciamento da Receita Federal do Brasil contrário a atualização dos depósitos, a Companhia decidiu pelo registro da provisão e aguarda o momento da consolidação dos débitos para analisar as medidas judiciais cabíveis no sentido de obter a compensação dos depósitos atualizados.

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 7.731 na controladora (R\$ 9.870 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 87 na controladora, (R\$ 243 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista, indenizatórias. Ações de natureza fiscal montam em R\$ 4.328 na controladora (R\$ 5.912 no consolidado), sendo que no consolidado R\$ 1.327 refere-se a encargos sobre participação nos lucros dos administradores e seguro de vida em grupo. As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 3.315 na controladora e R\$ 3.714 no consolidado.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

19 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi deliberado o aumento do capital social de R\$ 47.400, mediante a capitalização de reservas e com emissão de ações. O capital social passou de R\$ 102.600 para R\$ 150.000, e a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social. Foram emitidas 3.670.205 ações ordinárias e 2.760.736 ações preferenciais.

O capital social está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizeram jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

(c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Reserva de retenção de lucros - tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

(d) Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto. O cálculo do dividendo é assim demonstrado: os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2013 e 2012 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

		Controladora	
		2013	2012
Lucro líquido do exercício da Controladora		13.004	13.043
Realização do custo atribuído		2.236	2.093
Base de cálculo dos dividendos		15.240	15.136
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios		3.810	3.784
Adiantamento de dividendo		(4.000)	(3.000)
Dividendo distribuído no exercício adicional		190	-
Dividendos a pagar		-	784

		Consolidado	
		2013	2012
Lucro líquido do exercício da controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio		21.190	23.173
Realização do custo atribuído		321	100
Constituição das reservas legal e de incentivos fiscais (*)		(2.751)	(1.810)
Base de cálculo dos dividendos		18.760	21.463
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada		4.690	4.922
Dividendo devido aos minoritários na controlada (14,565%)		683	717
Dividendos a pagar		683	717

(*)A Companhia goza de incentivo fiscal de isenção de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade total prevista nos projetos de implantação e de modernização do empreendimento, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

20 Informações por segmento e receita

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receita

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta				
Vendas mercado interno	456.175	342.224	691.447	588.983
Vendas mercado externo	8.824	6.191	15.512	13.141
	464.999	348.415	706.959	602.124
Deduções de vendas				
ICMS, PIS, COFINS e INSS	(85.744)	(60.893)	(113.980)	(89.949)
Devoluções e abatimentos	(5.610)	(4.290)	(8.539)	(7.236)
Receita líquida	373.645	283.232	584.440	504.939

22 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários, incluindo custo de rescisões	36.131	31.349	70.487	61.557
Participações dos empregados	528	-	1.028	-
Benefícios	10.248	8.555	21.182	18.254
Custos previdenciários e FGTS	6.008	8.424	12.025	16.677
Matéria-prima e materiais de consumo	224.422	161.906	282.198	231.059
Energia elétrica	16.160	12.424	37.348	36.476
Combustíveis	15.668	11.685	23.898	19.397
Manutenções/ serviços de terceiros	13.858	12.001	20.846	17.076
Depreciações e amortizações (Notas 15 e 16)	7.736	7.609	14.719	14.424
Comissões	7.202	5.641	12.759	10.864
Frete	11.350	7.810	25.299	19.456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	980	2.116	4.066	3.689
Outras despesas	28.868	26.397	15.651	24.644
	379.159	295.917	541.506	473.573
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	337.450	256.639	474.268	409.356
Despesas comerciais	24.461	19.814	44.487	39.301
Despesas gerais e administrativas	17.248	19.464	22.751	24.916
	379.159	295.917	541.506	473.573

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Outras receitas (despesas) líquidas

Outras Receitas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Venda UP's Eletrobrás (*)	-	7.946	-	10.000
Ganhos judiciais precatórios (vide nota 12)	-	3.994	-	3.994
Recebimento de imóvel (**)	-	2.853	-	2.853
Venda de energia elétrica	278	75	1.348	1.528
Avaliação a valor justo de ativo imobilizado (***)	10.566	-	-	-
Receita na venda de imobilizado	236	489	996	630
Taxa de equalização de vendedor	-	392	-	842
Ganho com contratos derivativos	-	-	-	251
Reversão de provisões	2.049	102	2.674	206
Subvenções para Sesi e Senai	64	60	122	116
Indenização de sinistros	-	27	-	60
Pis, Cofins e ICMS sobre outras receitas	-	(1.327)	-	(2.041)
Outras receitas	384	61	478	114
	<u>13.577</u>	<u>14.672</u>	<u>5.618</u>	<u>18.553</u>
Outras Despesas				
Perdas com contratos derivativos	-	-	-	(6.930)
Provisão para perdas	(65)	(1.733)	(216)	(2.501)
Provisão para perdas com precatórios (vide nota 12)	(192)	(2.791)	(192)	(2.791)
Despesas tributárias	(838)	(659)	(1.672)	(1.217)
Custos na venda de imobilizado	(352)	(57)	(1.025)	(41)
Provisão para desvalorização de investimento (****)	(10.566)	-	-	-
Outras despesas	(39)	(19)	(110)	(64)
	<u>(12.052)</u>	<u>(5.259)</u>	<u>(3.215)</u>	<u>(13.544)</u>
	<u>1.525</u>	<u>9.413</u>	<u>2.403</u>	<u>5.009</u>

(*) Em 03 de dezembro de 2012, ocorreu a cessão e transferência em caráter irrevogável e irretratável da totalidade dos direitos processuais da Ação Ordinária de cobrança em processo judicial, tendo como ré a União Federal e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. sendo originário de correção monetária de empréstimos compulsórios Eletrobrás nos períodos de janeiro de 1987 a janeiro de 1994, sendo o valor negociado entre as partes recebido no ato.

(**) Imóvel recebido do Grêmio Recreativo Têxtil Esporte Clube, conforme escritura de doação lavrada em 06 de agosto de 2012 (vide nota 14).

(***) Avaliação a valor justo do ativo imobilizado transferido através de integralização de capital na Cedro Gestão de Ativos Ltda.

(****) Provisão para desvalorização de investimento na Cedro Gestão de Ativos Ltda para retomar ao valor histórico contábil.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Receitas financeiras - controladas	-	21	-	-
Descontos ativos	126	25	169	136
Receita de aplicações financeiras	233	717	557	1.387
Juros recebidos de clientes	1.066	1.059	1.683	1.701
Atualização de Depósitos Judiciais e do Precatório	575	3.403	991	4.553
Outras receitas financeiras	232	62	387	68
	<u>2.232</u>	<u>5.287</u>	<u>3.787</u>	<u>7.845</u>
Variações cambiais				
Resultado com instrumentos derivativos	10.111	5.768	10.111	5.768
Variações cambiais ativas	7.193	6.645	9.985	12.495
	<u>17.304</u>	<u>12.413</u>	<u>20.096</u>	<u>18.263</u>
	<u>19.536</u>	<u>17.700</u>	<u>23.883</u>	<u>26.108</u>
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	(2.596)	(2.630)	-	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(2.690)	(2.322)	(4.271)	(3.727)
Juros e encargos sobre financiamentos	(6.369)	(6.985)	(12.514)	(14.032)
Descontos concedidos	(119)	(216)	(210)	(564)
Outras despesas financeiras	(1.141)	(878)	(1.691)	(1.366)
	<u>(12.915)</u>	<u>(13.031)</u>	<u>(18.686)</u>	<u>(19.689)</u>
Variações cambiais				
Resultado com instrumentos derivativos	(6.284)	(2.458)	(6.339)	(2.458)
Variações cambiais passivas	(12.805)	(8.982)	(15.758)	(14.779)
	<u>(19.089)</u>	<u>(11.440)</u>	<u>(22.097)</u>	<u>(17.237)</u>
	<u>(32.004)</u>	<u>(24.471)</u>	<u>(40.783)</u>	<u>(36.926)</u>
	<u>(12.468)</u>	<u>(6.771)</u>	<u>(16.900)</u>	<u>(10.818)</u>

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Imposto de renda e contribuição social

- (a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	8.747	13.016	8.747	13.016
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.187)	(3.254)	(787)	(1.171)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	7.486	6.836	2.695	2.461
Outros	(404)	15	(74)	98
IR e CSLL ajustados	4.895	3.597	1.834	1.388
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	2	-	-	-
	4.897	3.597	1.834	1.388
Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	469	-	167	-
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(2.377)	(2.983)	(733)	(1.975)
IR e CSLL efetivos	2.989	614	1.268	(587)
Parcela corrente	(72)	88	-	33
Parcela diferida	3.061	526	1.268	(620)

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	22.675	20.603	22.675	20.603
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.669)	(5.151)	(2.041)	(1.854)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas	2.967	4.719	-	-
Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*)	(1.471)	-	(1.685)	-
Outros	(692)	(1.124)	(389)	328
IR e CSLL ajustados	(4.865)	(1.556)	(4.115)	(1.526)
Incentivo Sudene (Nota 24(d))	4.593	3.350	-	-
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	174	94	-	-
	(98)	1.888	(4.115)	(1.526)
Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	469	273	167	138
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(2.377)	(2.983)	(733)	(1.975)
IR e CSLL efetivos	(2.006)	(822)	(4.681)	(3.363)
Parcela corrente	(2.969)	(145)	(3.105)	(987)
Parcela diferida	963	(677)	(1.576)	(2.376)

- (*) Na expectativa da potencial incorporação da controlada Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte pela controladora no primeiro semestre de 2014 (Nota 1), registramos a baixa do crédito fiscal diferido em função da determinação da legislação que prevê a perda do prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social da incorporada nas operações de incorporação.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	49.951	40.859	58.938	48.956	72.507	70.086	81.061	76.542
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	(170)	9.092	463	9.982	(3.971)	2.421	(2.905)	4.519
Reversão por previsão de incorporação Cedronorte em 2014	-	-	-	-	(18.780)	-	(18.780)	-
Crédito de exercícios anteriores	1.876	-	1.853	-	1.901	-	1.878	-
Diferenças intertemporais	17.982	12.511	18.885	13.538	23.254	16.536	24.337	17.563
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	69.639	62.462	80.139	72.476	74.911	89.043	85.591	98.624
Alíquotas	25%	25%	9%	9%	1,52% a 25%	7,3% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	17.410	15.616	7.213	6.523	17.789	17.589	7.703	8.876
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (i)	(8.759)	(6.382)	(4.017)	(3.284)	(8.759)	(6.382)	(4.017)	(3.283)
	8.651	9.234	3.196	3.239	9.030	11.207	3.686	5.593
Passivo diferido	(22.658)	(26.377)	(8.157)	(9.496)	(31.603)	(34.681)	(13.492)	(13.971)
Líquido	(14.007)	(17.143)	(4.961)	(6.257)	(22.573)	(23.474)	(9.806)	(8.378)

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2023, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2013	-	-	-	836
2014	2.641	1.651	2.772	1.919
2015	2.378	2.052	2.497	2.312
2016	1.881	1.942	1.988	2.195
2017	1.695	1.769	1.791	2.017
2018 a 2023	3.252	5.059	3.668	7.521
	11.847	12.473	12.716	16.800

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	105.506	105.302	105.506	105.302	155.232	144.434	155.232	144.434
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(17.951)	(2.680)	(17.951)	(2.680)	(18.551)	(3.067)	(18.551)	(3.067)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	3.077	2.884	3.077	2.884	13.230	13.865	13.230	13.865
Base	90.632	105.506	90.632	105.506	149.911	155.232	149.911	155.232
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	<u>22.658</u>	<u>26.377</u>	<u>8.157</u>	<u>9.496</u>	<u>31.603</u>	<u>34.683</u>	<u>13.492</u>	<u>13.971</u>

(i) As alíquotas relativas às taxas efetivas de imposto de renda calculadas para o período em que as controladas usufruem do benefício fiscal da SUDENE, isenção de 75% do lucro da exploração da atividade até o exercício de 2019, são inferiores a taxa incidente na Controladora.

As taxas efetivas de imposto de renda das controladas são 1,52% para Cedronorte e 8,14% para Santo Antônio em 2013 (1,52% e 8,1% em 2012, respectivamente).

(d) Subvenções governamentais

As controladas, instaladas na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de isenção de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade total prevista nos projetos de implantação e de modernização do empreendimento, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia são respectivamente:

- Projeto de implantação (25% até o ano calendário de 2008 e 12,5% a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013): Laudo Constitutivo do Ministério da Integração Nacional - MIT nº 0234/2006, processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 13683.000265/2006-11, Despacho Decisório DRF-Curvelo em 08/12/2006; e
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano-calendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 119/2010 e processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 10620.000.494/2010-69, Ato Declaratório Executivo DRF/STL/MG nº 001/2011.

(e) Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A administração aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização.

26 Lucro (prejuízo) por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para nos exercícios de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

	2013			2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido do período	7.421	5.583	13.004	7.444	5.599	13.043
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Lucro básico e diluído por ação	1,30	1,30	-	1,30	1,30	-

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

27 Plano de participação no resultado

A Participação nos Lucros é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores, como fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas desempenho. No exercício a participação no resultado para os empregados foi de R\$ 528 controladora (R\$ 1.028 consolidado) enquanto para os administradores de R\$ 904 controladora (R\$ 1.084 consolidado).

28 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (informação sobre a suficiência dos seguros em relação aos riscos envolvidos não auditada pelos auditores independentes).

Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza totaliza na controladora - R\$ 72.592 (consolidado R\$ 80.601) (2012 - R\$ 82.523, consolidado R\$ 90.532).

Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício de 2013 e 2012, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Capitalização de juros de empréstimos	512	364	1.100	1.795
Aquisição de bens de capital com crédito de ICMS	9.966	-	11.269	-
Aquisição de ativos com financiamentos	-	-	2.230	-
Crédito de PIS/COFINS sobre imobilizado	-	-	806	-
Constituição Cedro Gestão de Ativos	17.534	-	-	-
Venda de imobilizado	-	-	-	24

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristiano Ratton Mascarenhas - Presidente
Amélia Gonzaga Carvalho Silva - Vice-Presidente
Sílvio Diniz Ferreira Júnior - Secretário
André Maurício Miranda
Aguinaldo Diniz Filho
Clarissa Cançado de Lara Resende
Luciana Curi Araújo Mattos Mascarenhas
Ricardo dos Santos Júnior
Sérgio Rabello Tamm Renault
Henrique Diniz Mascarenhas
Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Fabiano Soares Nogueira
Fernando Bicalho Dias

DIRETORIA

Aguinaldo Diniz Filho - Diretor Presidente até 31/12/2013
Marco Antônio Branquinho Júnior - Diretor Presidente a partir de 01/01/2014
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Fabiano Soares Nogueira - Diretor Industrial
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial
Francisco Geraldo Batista Cavalcanti - Diretor de Operações Industriais

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1